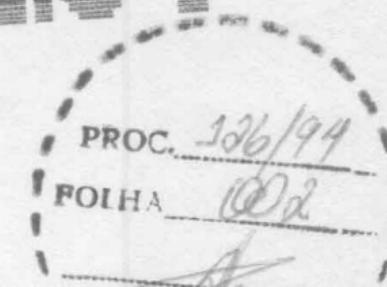


001

PROJETO DE LEI
Nº497 DE 15.04.94





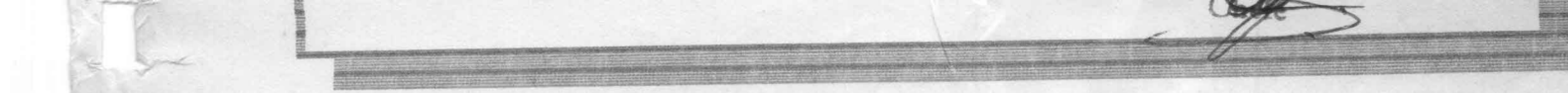
FUNDACAO

Camara Municipal de Ouro

Preto do Oeste

Serv. de Protocolo

Recebido Em - 15/04/2011



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE - RO
 ESTADO DE RONDÔNIA
 GABINETE DO PREFEITO

OFÍCIO N° 0.138 /GP/94

EM, 15 DE ABRIL DE 1994.

Senhor Presidente,



Estamos encaminhando a esta Augusta Casa de Leis, o Projeto de Lei que "Aprova os Quadros Orçamentários da Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos, da Cultura e do Desporto, conforme art. 3º da Lei Municipal nº 484 de 22.12.93".

Solicitamos que esta matéria seja analisada em regime de urgência, na forma da Lei, tendo em vista sua natureza e finalidade.

Sem outro particular para o momento, uso do ensejo para reafirmar a Vossa Excelência e seus ilustres Pares minhas expressões de admiração e respeito.

Atenciosamente,

[Signature]
 AGMAR DE SOUZA GOMES
 PREFEITO MUNICIPAL

Câmara Municipal de Ouro
 Preto do Oeste
 Serv. de Protocolo
 Recebido Em 15/04/94
 Horas: 12h, 15min

EXMO SR.
 VEREADOR AURO VIEIRA COELHO
 DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
 OURO PRETO DO OESTE - RO.

REPROVADO
2º VOTAÇÃO

QUORUM 09 cont/05 AF
EM 27 / 06 / 94

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE
ESTADO DE RONDÔNIA
GABINETE DO PREFEITO



PROJETO DE LEI N° 497-

REPROVADO
1º VOTAÇÃO
QUORUM 08 cont/04 AF
EM 20 / 06 / 94

DE 15 DE ABRIL DE 1994.

"APROVA OS QUADROS ORÇAMENTÁRIOS DA FUNDAÇÃO DE DESENV. DE REC. HUMANOS, DA CULTURA E DO DESPORTO, CONFORME ART. 3º DA LEI MUNICIPAL N° 484 DE 22.12.93."

O Prefeito do Município de Ouro Preto do Oeste, Agmar de Souza Gomes, no desempenho de suas atribuições legais;

Faço saber, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º) Aprova os Quadros Orçamentários da Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos, da Cultura e do Desporto, conforme artigo 3º da Lei Municipal nº 484 de 22.12.93.

Art. 2º) Os Quadros de Detalhamento da Despesa QDD, serão publicados obrigatoriamente até 05 (cinco) dias após a publicação desta Lei.

Art. 3º) Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Agm
AGMAR DE SOUZA GOMES
PREFEITO MUNICIPAL

Camara Municipal de Ouro
Preto do Oeste
Serv. de Protocolo
Recebido Em 15/04/94
Horas: 12hs/15min

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE - RO
 ESTADO DE RONDÔNIA
 GABINETE DO PREFEITO

MENSAGEM N° 490

DE 15 DE ABRIL DE 1994.

Exmo Senhor Presidente,
 ExmOs Senhores Vereadores,



Apraz-nos encaminhar a esta Augusta Casa de Leis, o Projeto de Lei nº 497 de 15 de Abril de 1994, que trata da aprovação dos Quadros Orçamentários da Fundação Cultural, a fim de que seja analisados e votados pelos Nobres Edis deste Município.

Como estabelece a norma orçamentária, os princípios da unidade, da universalidade, da anualidade e de exclusividade, a ser obedecida quanto a elaboração dos Orçamentos Públicos.

Estróbado nos princípios retromencionados e no mandamento constitucional insculpido no seu art. 165, parágrafo 5º, inciso I, da Lei nº 484 de 22.12.93 inovou ao incluir os Orçamentos da Administração Indireta, ou seja, os Orçamentos do IPAM e da Fundação Cultural submetendo-os a preciosa fiscalização do Poder Legislativo.

Resalta-se ter também levado em consideração, completa observância as normas estabelecidas pela Lei Federal nº 4.320/64 e a Lei de Diretrizes Orçamentárias estatuída através da Lei nº 453 de 19 de Agosto de 1993, aprovada por esta Nobre Corte Legislativa.

Uma vez que os orçamentos já estão aprovados, faltando apenas a aprovação dos Quadros Orçamentários da Fundação Cultural o qual ficou ausente no Projeto de Lei nº 473 de 28.09.93. E conforme disposto no art. 3º da Lei Municipal nº 484 de 22.12.93, "... e a Fundação Cultural terão seus Quadros de Programa de Trabalho e Natureza da Despesa e os demais Quadros Orçamentários, aprovados pelo Poder Legislativo Municipal". Sendo portanto o objetivo do presente Projeto de Lei

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE - RO
ESTADO DE RONDÔNIA
GABINETE DO PREFEITO

Assim Senhores Vereadores, trata-se apenas de um complemento a Lei Orçamentária do Município. Aguardamos a apreciação e aprovação por parte dos Nobres Edis.

PALÁCIO DOS PIONEIROS.

Agm
AGMAR DE SOUZA GOMES
PREFEITO MUNICIPAL



Câmara Municipal de Ouro
Preto do Oeste
Serv. de Protocolo
Recebido Em 15/04/94
Horas: 12hs 15 min

Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste	
PROT. 010	
15/04/94	Nº: 126/94
RESERVA	



AO GABINETE DO PRESIDENTE:
SEGUE O PRESENTE PROCESSO MONTADO NESTA DATA ATRAVÉS DOS DOCUMENTOS
EM ANEXO AO MESMO.

Em, 15-04-94.

Ocyntar Guiribert da Silva
Serviço de Protocolo
Port. 113-GP-CMOPO-01-06-93

A. Seção Legislativa
Segue o presente processo para conhecimento
do plenário. Em, 18.04.94

Dante

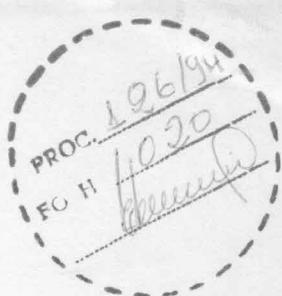
À Plenário
Segue o presente processo para
conhecimento.
Em 19/04/94

Edna Pinheiro
Antonia Edna S. Pinheiro
Chefe de Seção Legislativa
Port. 049 - CMOPO - RO - 93

ESTADO DE RONDÔNIA
Câmara Municipal de Ouro Preto
SEÇÃO LEGISLATIVA

Comissão Permanente de
Justica e Redação
Para parecer dentro do prazo regi-
mental, em 25 de 04 de 1.9.94

Edna Pinheiro
Chefe de Seção Legislativa



ASSESSORIA JURÍDICA

PROJETO DE LEI Nº 497 DE 15.04.94.

ASSUNTO: "APROVA OS QUADROS ORÇAMENTÁRIOS DA FUNDAÇÃO
DO DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS DA
CULTURA E DO DESPORTO, CONFORME ART. 3º DA
LEI MUNICIPAL Nº 484 DE 28/12/94".

PARECER TÉCNICO-JURÍDICO

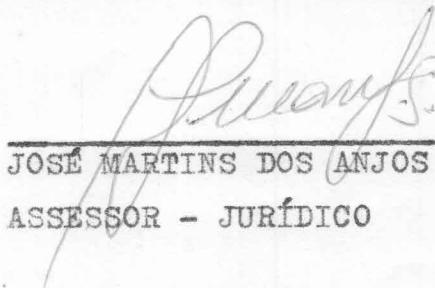
Aportou-se nesta Assessoria Jurídica o Projeto acima para parecer Técnico-Jurídico, em análise verificamos:

1º) O Projeto é Constitucional, encontra-se em boa técnica-Legislativa e regular redação.

2º) Quanto à sua viabilidade política e Orçamentária, deixamos esta análise às Comissões de Justiça e Redação e Orçamento e Finanças.

É nosso Parecer.

Sala da Asses. Jurídica , 31 de maio de 1994.



JOSE MARTINS DOS ANJOS

ASSESSOR - JURÍDICO

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE - RO



ASSESSORIA JURÍDICA

PROJETO DE LEI Nº 497 DE 15.04.94.

ASSUNTO: "APROVA OS QUADROS ORÇAMENTÁRIOS DA FUNDAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS DA CULTURA E DO DESPORTO, CONFORME ART. 3º DA LEI MUNICIPAL Nº 484 DE 28/12/94".

PARECER TÉCNICO-JURÍDICO

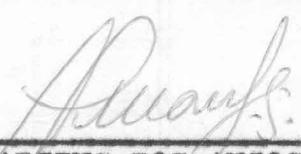
Aportou-se nesta Assessoria Jurídica o Projeto acima para parecer Técnico-Jurídico, em análise verificamos:

1º) O Projeto é Constitucional, encontra-se em boa técnica-Legislativa e regular redação.

2º) Quanto à sua viabilidade política e Orçamentária, deixamos esta análise às Comissões de Justiça e Redação e Orçamento e Finanças.

É nosso Parecer.

Sala da Asses. Jurídica , 31 de maio de 1994.


JOSE MARTINS DOS ANJOS

ASSESSOR - JURÍDICO

OFÍCIO N°005 /GAB.07/C.P.J.R;/CMOPO/RO

DE 25 DE ABRIL DE 1994



Senhor Prefeito,

PEDIDO DE INFORMAÇÕES

O Presidente da Comissão de Justiça e Redação, considerando estar nesta Comissão o Projeto de Lei nº 497 de 15.04.94 que "Aprova os Quadros Orçamentários da Fundação de Desenvolvimento de Rec. Humanos, da Cultura e do Desporto, conforme Art. 3º da Lei Municipal nº 484 de 22.12.94.

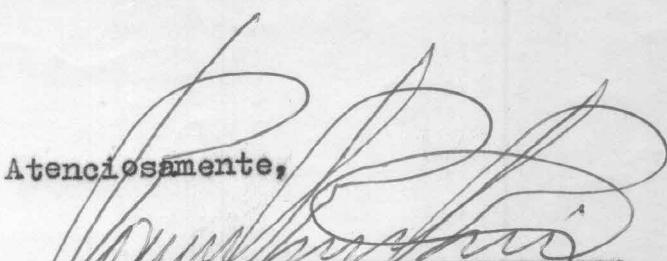
Assim sendo, com base no Art. 45 do Regimento Interno desta Casa Legislativa solicita de Vossa Excelência as seguintes informações:

- 1º) Qual o Montante dos gastos ou das despesas já pagas pela Fundação?
- 2º) Quem é o Presidente desta Fundação?
- 3º) Cópia dos Estatutos da mesma e do Regimento Interno.

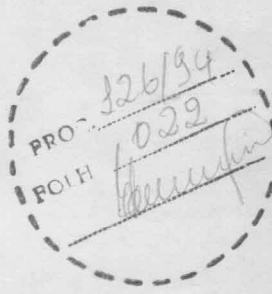
Aguardamos estas informações e de posse das mesmas, daremos parecer no Projeto, conforme nos faculta o Art. 45 do Regimento Interno.

Esperando por vosso atendimento, somos-vos com consideração e apreço.

Atenciosamente,


RONILTON RODRIGUES REIS
Presidente da Comissão Permanente
de Justiça e Redação / CMOPO / RO

EXMO. SR.
AGMAR DE SOUZA GOMES
M.D. PREFEITO MUNICIPAL
N E S T A



Prefeitura Municipal de Ouro Preto do Oeste

Gabinete do Prefeito

Ofício nº 226/GP/94

Em, 18 de maio de 1994

Sr. Presidente,

Em resposta ao vosso Ofício nº 140/GP / CMOPO/RO, que encaminha o Requerimento nº 027/Gab.07/CMOPO/RO, de 03 de maio de 1994, temos a informar que não é possível elaborar um demonstrativo de disponibilidade financeira para efetuar despesas com a Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos, da Cultura e dos Desporto como se pede, pois a dita Fundação ainda não possui orçamento, de forma que não se pode falar de cronograma financeira, conforme institui a C.F. e a Lei 4.320/64.

Na oportunidade gostaria de ressaltar que a referida Fundação precisa urgentemente de previsão orçamentária para que possa se credenciar a receber recursos do CBIA , LBA e do MEC na área de desporto e cultura infantis pois o prazo para remessa dos projetos àquelas repartições federais se expira em 30.05.94 e caso o município perca essas verbas o maior prejudicado será o sofrido povo de Ouro Preto do Oeste.

No ensejo, externamos votos de estima e consideração.

Atenciosamente

am
Agnor de Souza Gomes
Prefeito Municipal

Exmo Sr.

AURO VIEIRA COELHO

MD. Presidente da Câmara Municipal de
Ouro Preto do Oeste/RO

Camara Municipal de Ouro
Preto do Oeste
Serv. de Protocolo
Recebido Em 19/05/94
Horas: 9h 39 min

CBH



REQUERIMENTO Nº 027 /GAB. 07 /CMOPO/RO

DE 03 DE MAIO DE 1.994

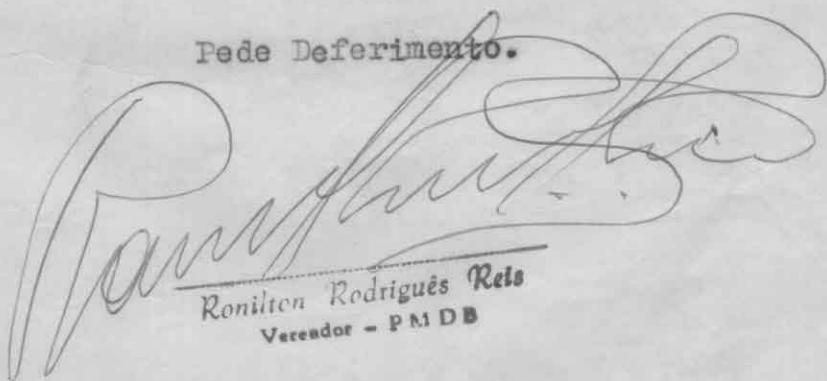
A P R O V A D O
VOTAÇÃO ÚNICA
QUORUM 14 16/05
Em: 09 / 05 / 94

Senhor Prefeito,

O Vereador que o presente subscreve, no uso das suas atribuições legais, vem, respeitosamente, requerer se digne Vossa Excelência, de elaborar um Demonstrativo de Disponibilidade Financeira para efetuar despesas com a Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos, da Cultura e do Desporto, tendo em vista que a Prefeitura Municipal não está cumprindo com as suas obrigações Financeiras dentro das datas previstas.

Neste Termos,

Pede Deferimento.


Ronilton Rodrigues Reis
Vereador - PMDB

EXMO. SR.
AGMAR DE SOUZA GOMES
M.D. PREFEITO MUNICIPAL
OURO PRETO DO OESTE - RO



Prefeitura Municipal de Ouro Preto do Oeste

Gabinete do Prefeito

Ofício nº 156 /GP/94

Em, 28 de abril de 1994

Senhor Presidente,

Expressando a V.S^a., nossos cordiais cumprimentos, vimos informar, em atendimento ao ofício nº 005/Gab.07/C.P.J.R/CMOPO/RO do vereador Ronilton Rodrigues Reis, que a Fundação Cultural, até a presente data não recebeu o seu crédito Especial no ato de sua fundação, nem outros quaisquer Recursos financeiros após sua implantação. A Fundação Cultural ainda não tem respaldo legal devido a não aprovação do Projeto de Lei em questão.

Para satisfazer a solicitação do vereador, estamos encaminhando em anexo a cópia do estatuto, regimento interno, bem como a portaria de nomeação do presidente da Fundação Cultural.

No ensejo, externamos votos de elevada consideração.

Atenciosamente,

AGMAR DE SOUZA GOMES
Prefeito Municipal

Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste
Setor de Protocolo
Recebido Em 28/04/94
Horas: 11hs 00min

Chefe

Ilmo senhor,

Ronilton Rodrigues Reis

Presidente da Comissão Permanente de Justiça e Redação

Câmara Municipal de

Ouro preto do oeste/RO



Prefeitura Municipal de Ouro Preto do Oeste
GABINETE DO PREFEITO

PORTRARIA Nº 1140

DE 24 DE FEVEREIRO DE 1994.

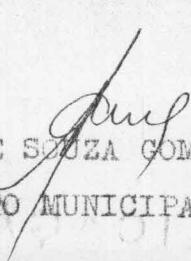
"NOMEIA JOSÉ CARLOS PEREIRA RAPOSO PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS DA CULTURA E DO DESPORTO DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE".

O Prefeito do Município de Ouro Preto do Oeste, no uso das atribuições legais legais que lhe são conferidas...

R E S O L V E

Art. 1º) Nomear o Sr. José Carlos Pereira Raposo, para o cargo de Presidente da Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Cultura e do Desporto do Município de Ouro Preto do Oeste.

Art. 2º) Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos retroagam à 01 de fevereiro de 1994.


AGMAR DE SOUZA GOMES
PREFEITO MUNICIPAL

12699
026
MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE

LEI N° 241

DE 12 DE MAIO DE 1993.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR A FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS DA CULTURA E DO DESPORTO DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE."

O Prefeito do Município de Ouro Preto do Oeste,
Fago saber que a Câmara Municipal aprovou e eu
sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica o Poder Executivo autorizado a instituir a Fundação do Desenvolvimento de Recursos Humanos da Cultura e do Desporto do Município de Ouro Preto do Oeste, entidade de direito público, vinculada para efeito de supervisão, ao Gabinete do Prefeito.

Art. 2º) São objetivos da Fundação:

I) - elaborar e executar a política de amparo e fomento às atividades de natureza artística, científica, cultural, turística, desportiva e de lazer no âmbito do município;

II) - desenvolver programas de treinamento, capacitação e desenvolvimento gerencial de recursos humanos vinculados às necessidades organizacionais do município;

III) - desenvolver e promover atividades desportivas e de lazer no município; fomentar a pesquisa, aperfeiçoar tecnologia e serviços;

V) - captar e ampliar os recursos para instalação e manutenção de bibliotecas, museus, teatros, galerias, oficiais de arte e lazer, centros culturais e outros;

PROVIMENTO OFICIAL

126/84
027
decreto
PPG
FOLH

LEI N° 441

FL. 02

VI) - promover e incentivar o intercâmbio cultural turístico e esportivo, a nível municipal, estadual e nacional;

VII) - promover e patrocinar a edição de obras de interesse histórico, científico, cultural artístico;

VIII) - promover estudos que visem a preservação dos valores culturais do município e fomentar o uso, a utilização e o emprego de produtos, técnicas e recursos locais para a elevação dos padrões de vida da população;

IX) - estimular as atividades de desporto de massa e de lazer junta à comunidade, observando a autonomia das entidades e associações;

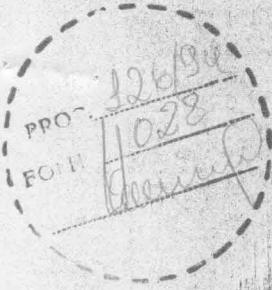
X) - estimular a interação entre a cultura, o desporto, a educação e o turismo, buscando meios necessários à realização de ações destinadas a proporcionar à comunidade, condições para participar em todos os níveis;

XI) - implementar e difundir a política cultural turística, de recursos e desportiva formulada pelos governos federal e estadual;

O Município cria Conselhos Populares de Defesa da Cultura e do patrimônio histórico, artístico, paisagístico, turístico, arqueológico e paleontológico, com a participação de representantes dos segmentos da sociedade civil e órgãos públicos;

XIII) - manter permanente contato com órgãos e entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, no sentido de obter recursos, convênios, cooperação técnica e financeira à execução de seus objetivos;

PROCURADORIA MUNICIPAL
DE VITÓRIA DA CONCEIÇÃO



LEI N° 421

FL. 03

XIV) - adotar todas as demais medidas compatíveis com os seus objetivos e com a sua condição de entidade delegada ao Poder Público Municipal, para a efetivação de política de recursos humanos, de cultura e do desporto.

Art. 3º) O patrimônio da Fundação será constituído por:

I) - bens e direitos com que foi instituída e os que venha a adquirir;

II) - dotações, auxílios e subvenções que lhe forem destinados em orçamentos de qualquer nível de governo, ou de suas Autarquias, Sociedade de Economia Mista, Empresas Públicas e órgãos autônomos;

III) - doações, legados ou contribuições de pessoas físicas ou jurídicas;

IV) - rendas, de qualquer espécie, de seus próprios serviços, bens ou atividades;

V) - bens móveis ou imóveis de que tenham o domínio ou em que seja titular de qualquer outro direito real;

VI) - contribuições provenientes de entidades públicas ou privadas, incluindo estrangeiras e internacionais; VII) - incorporação de resultados financeiros de exercícios;

VIII) - outras rendas eventuais.

Art. 4º) A Fundação poderá promover a obtenção de cooperação financeira e assistência técnica, pública ou privada, coordenando, controlando e adequando sua aplicação às diretrizes estabelecidas no Estatuto, observada a legislação em vigor.

PROGRAMA DE INVESTIMENTO

PROC. 029
POTH

LEI NO 441

FL. 04

Art. 5º) O patrimônio, a renda e os serviços da Fundação gozarão da imunidade prevista na alínea "C", ^{inciso} VI do Art. 150 da Constituição Federal.

Art. 6º) Constituem órgãos de direção superior da Fundação, o Conselho de Representantes, o Conselho de Administração, a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal, cujos integrantes serão livremente escolhidos e nomeados pelo Prefeito do Município.

Art. 7º) O quadro de pessoal da Fundação terá o mesmo regime jurídico estabelecido para os funcionários da administração direta.

Art. 8º) Além do pessoal próprio, poderá a Fundação contratar a prestação de serviços técnicos com entidades e pessoal especializado, nacionais ou estrangeiros.

, Art. 9º) A Fundação manterá intercâmbio com entidades de ensino e pesquisa, nacionais ou estrangeiros, interessadas em assuntos atinentes aos seus objetivos.

Art. 10) Compete ao Poder Executivo do Município aprovar por decreto o Estatuto da Fundação do Desenvolvimento de Recursos Humanos, da Cultura e do Desporto do Município de Duro Preto do Oeste e propor todas as medidas e o apoio logístico à sua implementação definitiva.

[REDAÇÃO] Art. 11º Extinta a Fundação, seus bens e direitos serão transferidos para outra Fundação com objetivos idênticos; ou ainda, será incorporado ao patrimônio público do Município.

PUBLICATIONS

ERGONOMICS

PROCURADURIA MUNICIPAL

326/94
PRO-
FOH 030
Paiuhy

LEI N° 441

FL. 05

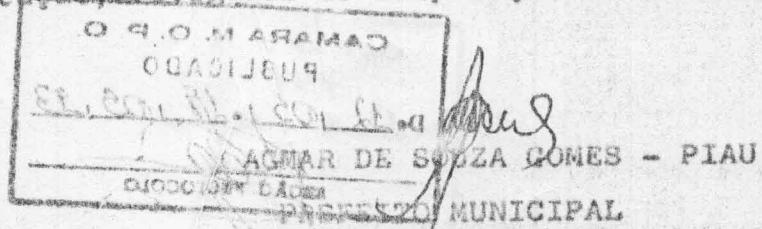
Art. 12) Fica aberto em crédito especial, em favor da Fundação do Desenvolvimento de Recursos Humanos, da Cultura e do Desporto do Município de Ouro Preto do Oeste, no valor de Cr\$ 1.050.000.000,00 (Um bilhão e cinqüenta milhões de cruzeiros), além da transferência, no corrente exercício e a critério do Gabinete do Prefeito, para cobertura das despesas operacionais e de instalação do órgão, cujos recursos serão providos pela Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação.

Art. 13) A Estrutura básica de organização administrativa da Prefeitura Municipal, prevista na Lei nº 309 de 11 de abril de 1991, com a presente Lei sofre as seguintes alterações:

§ 1º) O Art. 8º inciso II letra "C" 1 e Art. 20, a Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, passa a ser chamada - Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

§ 2º) O inciso V do Art. 14 e o item nº 8 do Art. 20, passam ser atribuições da Fundação do Desenvolvimento de Recursos Humanos da Cultura e do Esporte, na forma desta Lei.

Art. 14) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



PUBLICAÇÃO
DE
PROCURADORIA JURÍDICA

ESTATUTO

DA

FUNDAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DA CULTURA E DO DESPORTO DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE-RO

TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E OBJETIVOS

CAPÍTULO I

DA ENTIDADE, SEDE E FORO

*Cartório do Fórum de Ouro Preto do Oeste - RO
José Wensing - CGC 0591105-0001-3
R. Princesa Isabel, 49 - Centro P. do Oeste - RO
Autentico para os efeitos de
que é feita a reprodução
do original que se encontra
no meu representante
na Fundação do Desenvolvimento de Recursos Humanos
da Cultura e do Desporto do Município de Ouro Preto do Oeste
Tabelão At. n.º 115.516-582-9*

Art. 1º - A Fundação do Desenvolvimento de recursos humanos, da Cultura e do Desporto do Município de Ouro Preto do Oeste, criada pela Lei nº 441, de 12 de maio de 1993, com sede e foro na cidade de Ouro Preto do Oeste, é uma entidade jurídica de direito público, dotada de autonomia técnica, administrativa e financeira reger-se-á pela legislação vigente e pelo presente Estatuto.

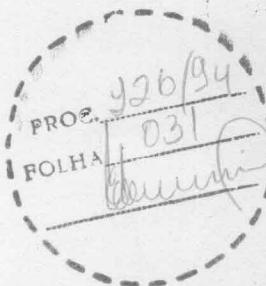
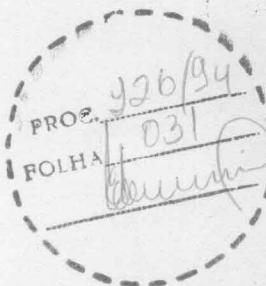
S 1º - A Fundação terá prazo indeterminado.

S 2º - A Fundação é vinculada ao Gabinete do Prefeito Municipal.

CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS

Art. 2º - A Fundação tem por objetivos:

- I) - elaborar e executar a política de amparo e fomento às atividades de natureza artística, científica, cultural, turística, desportiva e de lazer no âmbito do Município;
- II) - desenvolver programas de treinamento, capacitação, desenvolvimento gerencial de recursos humanos vinculados às necessidades organizacionais do Município;
- III) - captar e ampliar os recursos para a instalação e manutenção de bibliotecas, museus, teatros, galerias, oficinas de arte e lazer, centros culturais e outros;
- IV) - fomentar pesquisa, aperfeiçoar tecnologias e serviços;
- V) - promover e patrocinar a edição de obras de interesse histórico, científico, cultural e artístico;
- VI) - promover e incentivar o intercâmbio cultural, turístico e esportivo, a nível municipal, estadual e nacional.



PRO
FDG 02
059
Manu

- VII) - desenvolver e promover atividades desportivas e de lazer no Município;
- VIII) - promover estudos que visem a preservação dos valores culturais do Município e fomentar o uso, a utilização e o emprego de produtos, técnicas e recursos locais para a elevação dos padrões de vida da população;
- IX) - estimular as atividades de desporto de massa e de lazer junto à comunidade, observando a autonomia das entidades e associações;
- X) - estimular a interação entre a cultura, o desporto, a educação e o turismo, buscando meios necessários à realização de ações destinadas a proporcionar à comunidade, condições para participar em todos os níveis;
- XI) - implementar e difundir a política cultural, turística, de recursos humanos e desportiva formulada pelos governos federal e estadual;
- XII) - criar Conselhos Populares de Defesa da Cultura, do patrimônio histórico, artístico, paisagístico, turístico, arqueológico e paleontológico, com a participação de representantes dos segmentos da sociedade civil e dos órgãos públicos;
- XIII) - manter permanente contato com órgãos e entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, no sentido de obter recursos, convênios de cooperação técnica e financeira à execução de seus objetivos;
- XIV) - adotar todas as demais medidas compatíveis com os seus objetivos e com a sua condição de entidade delegada do poder público municipal, para a efetivação da política de recursos humanos, da cultura e do desporto.

TÍTULO II

Art. 3º - São órgãos da Fundação:

- I) - Conselho de Representantes;
- II) - Conselho de Administração;
- III) - Diretoria Executiva;
- IV) - Conselho Fiscal.

Cartório do Tabelionato de Notas e Actas
R. Presidente Isidro, 49 - Ofício P. 35 Cesse - RJ
Autentico para os devidos efeitos a presente
fotocópia que se reproduz fiel de documento original
que se encontra depositado na Sec. Faz. n.º 243.1941
Censo do Ceará
07 MAR 1984

Karla S. de Jesus

Tabelião de Notas e Actas
C. 15115.516.511-9

PROC. 326/84
FOLH. 033
Parecer
fls 03

Art. 4º - Respeitado o disposto neste Estatuto e na legislação pertinente, a Fundação terá sua estrutura e funcionamento fixado em Regimento Interno.

CAPÍTULO I

DO CONSELHO DE REPRESENTANTES

Art. 5º - O Conselho de Representantes será composto pelos membros do Conselho de Administração, a Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e representantes credenciados por segmentos ligados a cultura, ao esporte e ao turismo na proporção de 01 (um) por segmento.

§1º - O mandato do representante só valerá para a reunião que foi credenciada.

§2º - Os representantes e as instituições que os credenciam não responderão pelas obrigações contraídas pela Fundação.

§3º - O Conselho de representantes se reunirá anualmente, e eventualmente, quando necessário.

§4º - Quando convocado extraordinariamente, o será a pedido de 2/3 dos segmentos arrolados com a indicação dos assuntos a serem tratados.

§5º - Cabe ao Presidente da Fundação fazer a convocação ou não, com a antecedência mínima de 07 (sete) dias.

§6º - O Conselho de Representantes será instalado com a presença de qualquer número de representantes presentes.

§7º - O Conselho será dirigido pelo Presidente da Fundação ou substituto legal.

§8º - O Conselho de Representantes elegerá, bienalmente o Conselho Fiscal da Fundação.

§9º - O Conselho de Representantes será soberano suas resoluções, respeitadas as disposições legais.

CAPÍTULO II

DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 6º - O Conselho de Administração será constituído por

Cartório do Estado de São Paulo
XIX Vara Civil
Informações e Documentos
do qual é Titular o Dr. Pedro Lobo
Advogado da Fundação
Assistido por
OZ MAR 1984

07 (sete) membros dentre pessoas de inegáveis conhecimentos de administração, cultura, desporto e turismo, nomeados pelo Prefeito Municipal, sendo membros natos, o Secretário Municipal de Administração, o Secretário Municipal de Educação e o Chefe de Gabinete da Prefeitura.

S 1º - Haverá 04 (quatro) suplentes dos membros designados na forma deste artigo, escolhidos com observância de iguais requisitos.

S 2º - Participarão das reuniões do Conselho de Administração, sem direito a voto, o Presidente da Fundação, assessores jurídico e especiais quando solicitados e o Secretário Geral que secretariará as reuniões.

S 3º - Em seus eventuais impedimentos, o Presidente será substituído pelo Conselheiro mais antigo e, havendo coincidência, pelo mais idoso.

S 4º - O mandato dos membros do Conselho de Administração, a exceção dos membros natos, será de 04 (quatro) anos, permitida a recondução.

Art. 7º - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente bimestralmente, e em sessões extraordinárias, tantas vezes quantas for convocado pelo Presidente ou a requerimento de, pelo menos, três de seus membros, vedada a percepção de qualquer remuneração por tais sessões.

S 1º - O Conselho de Administração deliberará com quorum mínimo de 04 (quatro) membros, dos quais, obrigatoriamente, um será o Presidente.

S 2º - As decisões do Conselho de Administração serão adoptadas por maioria simples, cabendo ao Presidente, o voto de qualidade.

Art. 8º - É vedada a acumulação de cargos de membro do Conselho de Administração com qualquer outra de natureza técnica ou administrativa, a excessão do Presidente da Fundação.

Art. 9º - O Presidente da Fundação será nomeado ou designado em comissão pelo Prefeito Municipal.

Art. 10 - O Conselho de Administração terá função normativa e deliberativa e a ele compete:

I) - elaborar e aprovar o Regimento Interno bem como, suas alterações e submeter "Projeto de Decreto Municipal" ao Prefeito do Município.

PROC 12b/94
POLH 035
Bleemini

11s 05

- II) - apreciar os assuntos que lhe forem submetidos pelo Presidente da Fundação;
 - III) - aprovar a organização do quadro e as tabelas de remuneração do pessoal da Fundação;
 - IV) - aprovar o programa orçamentário e econômico-financeiro e a abertura de créditos suplementares ou especiais;
 - V) - analisar o relatório de atividades e aprovar a prestação de contas anual da Fundação e emitir parecer sobre os mesmos;
 - VI) - apreciar e aprovar os programas, projetos e atividades de desenvolvimento de recursos humanos, da cultura, do turismo e do desporto, observando os objetivos da Fundação e as diretrizes e prioridades definidas e avaliar os resultados de sua execução;
 - VII) - aprovar a celebração de contratos, convênios e acordos a serem firmados pela Diretoria Executiva;
 - VIII) - deliberar sobre a reforma do presente Estatuto, encaminhando a respectiva proposta ao Prefeito, para sua aprovação;
 - IX) - dar posse aos membros que vierem a integrar o próprio Conselho de Administração, sua mesa diretora e a Diretoria Executiva;
 - X) - deliberar sobre a aceitação de doações, heranças e legados que impliquem em ônus;
 - XI) - resolver os casos omissos em geral.

CAPÍTULO III

DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 11 - A Diretoria Executiva será composta de (nove) membros, sendo o Presidente, o Diretor de Cultura e Turismo, o diretor de Desporto e Recreação, o Diretor de Desenvolvimento Organizacional e de Recursos Humanos e o diretor Administrativo-financeiro.

§ 1º - O Presidente da Fundação será nomeado pelo Prefeito do Município e dos diretores indicados e nomeados pelo Conselho de Administração, com mandato de 04 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos.

§ 2º - Os cargos da Diretoria Executiva deverão ser exercidos por pessoas de méritos e idoneidade reconhe-

PROC. 326/94
FOIA 036
Poder Executivo

§ 3º - Na hipótese de ocorrer vaga na Diretoria Executiva, o Conselho de Administração elegerá sucessor para completar o mandato.

Art. 12 - A Diretoria Executiva terá função executiva e a ela compete:

- I) - dar estrutura administrativa à Fundação;
- II) - fixar em documento próprio, aprovado pelo Conselho de Administração, o registro do trabalho e a tribuições do pessoal;
- III) - elaborar o Plano Anual da Fundação e submetê-lo à apreciação do Conselho de Administração;
- IV) - deliberar sobre os pedidos de concessão de auxílio, "ad referendum" do Conselho de Administração;
- V) - elaborar as propostas orçamentárias, bem como as suas alterações e a programação de recursos;
- VI) - propor ao Conselho de Administração o número de assessores, sua distribuição pelos vários setores e especialidades, bem como sua remuneração;
- VII) - aprovar convênios, contratos, acordos e ajustes presentes no plano anual de trabalho da Fundação;
- VIII) - aprovar normas relativas a licitação para compras, obras, serviços e alienações e os respectivos editais;
- IX) - homologar os resultados de licitações e os desembolsos concessivos de dispensa de licitação;
- X) - aprovar a criação de fundos de reserva e especiais, bem como suas aplicações;
- XI) - propor o Plano de Cargos e Salários dos servidores da Fundação;
- XII) - elaborar o relatório anual de atividades, o balanço geral e demonstração de resultados do exercício, acompanhados de parecer da auditoria e divulgá-los após aprovação do Conselho de Administração;
- XIII) - propor medidas que julgar de interesse para a eficiência e a melhoria da execução dos planos aprovados;
- XIV) - pronunciar-se sobre outros assuntos submetidos pelo Presidente.

Art. 13 - Ao Presidente da Fundação compete:

- I) - planejar, dirigir, supervisionar, orientar e coordenar a ação executiva e a gestão administrativa.

107 MAR 1994
Censo P. da Fundação
Setor de Contabilidade e Finanças
Setor de Recursos Humanos
Setor de Administração

-va, financeira e patrimonial da Fundação, buscando os melhores métodos que assegurem eficácia, economia e celeridade aos procedimentos administrativos;

- III) - convocar o Conselho de Administração e presidir-lhe as reuniões;
- III) - assinar convênios, contratos e acordos aprovados pelo Conselho de Administração;
- IV) - movimentar conjuntamente com o Diretor Administrativo-Financeiro, os recursos da Fundação, mediante cheques, ordens de pagamento e outros meios usuais;
- V) - representar a Fundação ou promover-lhe a representação em juizo ou fora dele;
- VI) - admitir, promover, elogiar, designar, transferir, licenciar, punir, dispensar, requisitar pessoal, bem como prover os cargos em comissão e funções de confiança da Fundação;
- VII) - contratar, com a anuência do Conselho de Administração, empresas ou profissionais especializados para a realização de serviços técnicos;
- VIII) - indicar o seu substituto, em suas faltas e impedimentos legais;
- IX) - submeter à apreciação do Conselho de Administração:
 - a) - a estrutura básica e as normas gerais de administração;
 - b) - a organização do quadro e as tabelas de remuneração do pessoal da Fundação;
 - c) - o relatório de atividades e a prestação de contas anual;
- X) - exercer outras atribuições inerentes ao cargo.

Art. 14 - Compete à Diretoria de Cultura:

- I) - elaborar a programação anual das atividades culturais, científicas, turísticas, de pesquisas, de preservação do patrimônio histórico e artístico, editorial e espetáculos e promoções;
- II) - estabelecer, no tocante às despesas, as colaborações e de intercâmbio com pessoas físicas e entidades jurídicas, encaminhando ao Presidente, as respectivas minutas de convenios à aprovação do Conselho de Administração;

MAR 1994

- III) - propor o orçamento anual destinado à Diretoria;
- IV) - elaborar um sistema de informações permanentes sobre bens, entidades, patrimônio, eventos e atividades culturais, turísticas, artísticas e desportivas;
- V) - indicar ao Presidente da Fundação, os seus assessores e os ocupantes de funções de confiança;
- VI) - estabelecer a política de administração de museus, bibliotecas e outras unidades operacionais a ela subordinadas;
- VII) - desempenhar outras funções que lhe forem delegadas ou atribuídas pelo Presidente.

Art. 15 - Compete à Diretoria de Desenvolvimento Organizacional e de Recursos Humanos:

- I) - realizar estudos e pesquisas que possibilitem a implantação e consolidação de uma política de valorização de recursos humanos voltada para a administração direta, indireta e iniciativa privada;
- II) - selecionar e recrutar servidores para entidades da administração direta e indireta e para empresas privadas que demandarem esse nível de serviço;
- III) - organizar cursos, concursos, exames de seleção e outras formas de avaliações que visem o aproveitamento de recursos humanos;
- IV) - apoiar logicamente os programas de estudos e pesquisas, assim como trabalhos de cooperação técnica que visem a melhoria do desempenho da administração pública e da iniciativa privada, quando houver interesse;
- V) - exercer atividades de consultoria e assessoramento organizacional interna e externa;
- VI) - exercer outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas pelo Presidente.

Art. 16 - Compete à Diretoria Administrativa-Financeira:

- I) - dirigir, orientar, supervisionar, coordenar e controlar as atividades de pessoal, de materiais e de finanças para o funcionamento da Fundação;
- II) - manifestar-se sobre atos que impliquem em despesas para a Fundação;
- III) - controlar a atividade contábil e fiscal;

*Cartório do Tabelião de
Zona IV - Vansing - CGC 05911032
E. Palmeira Isabel - 14 - 1994
Fotografia que é para os efeitos de
que só foi apresentado ao tabelião
Ouro Preto Centro*

PROC. 126/94
FOLH. 1038 4 S 09
Bemini

- IV) - movimentar os recursos da Fundação em conjunto com o Presidente;
 - V) - desempenhar outras funções que lhe forem delegadas ou atribuídas pelo Presidente.

Art. 17 - Compete à Diretoria do Desporto e Lazer:

- I) - Elaborar, coordenar, acompanhar e avaliar o Plano Municipal de desenvolvimento do desporto e lazer;
 - II) - Executar a Política Municipal de Desporto e lazer em consonância com a Política Estadual;
 - III) - Coordenar a elaboração e a execução do Calendário Desportivo Estadual;
 - IV) - Administrar e preservar as instalações e equipamentos esportivos do Poder Público Municipal, bem como os próprios bens do Estado, quando for em regime de comodato;
 - V) - Destinar e promover a criação de áreas de lazer e Unidades Esportivas, conforme o planejamento urbano da Cidade;
 - VI) - Promover programas de conscientização de toda a população para a importância da prática regular das atividades físicas, esportivas e de lazer;
 - VII) - Criar meios e orientar a prática de lazer e recreação com a participação de grande número de pessoas ao ar livre, de maneira a dar valor e a preservar áreas verdes, parques, bosques, florestas, rios, lagos, etc;
 - VIII) - Auxiliar a Secretaria Municipal de Educação na promoção conjunta de atividades desportivas escolares e recreativas, bem como às escolas de ensino do Estado;
 - IX) - Apoiar as organizações Municipais (ligas desportivas) das diferentes modalidades esportivas;
 - X) - Promover eventos que visem a capacitação de recursos humanos, tais como: congressos, simpósios, encontros, etc;
 - XI) - Exercer outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas pelo Presidente.

CAPÍTULO IV
DO CONSELHO FISCAL

PROC. 136/94
FOI H. 10/06/1994
Assunto:
fls. 10

Art. 18 - O Conselho Fiscal será integrado por (cinco) membros respectivos suplentes, eleitos pelo Conselho de Representantes, com mandato de 02 (dois) anos, podendo haver recondução.

§1º - Poderá concorrer ao cargo de membro do Conselho Fiscal, pessoas com idade mínima de 18 anos, indicados por segmentos desportivos e culturais, que tenha residência e domicílio comprovado de 01 (um) ano no Município;

§2º - O Conselho Fiscal reunir-se-á bimestralmente, em sessões ordinárias e extraordinárias, tantas vezes quantas forem necessárias, convocadas pelo Presidente ou por dois terços de seus membros;

§3º - As reuniões extraordinárias deverão ser convocadas com prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas, indicando o motivo, hora e local da reunião;

Art. 19 - Compete do Conselho Fiscal:

- I - Examinar o balanço, os balancetes e a prestação de contas da Fundação e emitir parecer sobre os mesmos;
- II - Efetuar, compra que julgar necessário, diligências relativas ao controle da execução de orçamento da Fundação;
- III - Examinar documentos, papéis e livros relacionados à Administração Orçamentária e Financeira da Fundação;
- IV - Emitir parecer sobre proposta de alienação de bens pertencentes à Fundação;
- V - Eleger o seu Presidente.

TÍTULO III DO PATRIMÔNIO E DA RECEITA

CAPÍTULO I DO PATRIMÔNIO

- I -** Constituem patrimônio da Fundação:
- I - bens e direitos com que foi instituída e os que venga a adquirir;
 - II - bens móveis e imóveis que lhe forem doados por entidades públicas ou privadas, ou pessoas físicas ou jurídicas;
 - III - doações, legados ou contribuições de pessoas físicas ou jurídicas;

12684
1041 11-11-11
P.O. H. ~~1000~~

§1º - Os bens e direitos da Fundação serão utilizados exclusivamente para a consecução de seus objetivos;

§2º - No caso de extinção da Fundação, seus bens e direitos serão transferidos para outra Fundação com objetivos idênticos ou similares, ou ainda, será incorporado ao patrimônio público do Município.

CAPÍTULO II

DA RECEITA

Art. 21 - A receita da Fundação será constituída por:

- I - dotações, auxílios e subvenções que lhe forem destinados em orçamentos de qualquer nível de governo, ou de suas Autarquias, Sociedades de Economia Mista, Empresas Públicas e Órgãos Autônomos;
 - II - rendas de qualquer espécie, de seus próprios serviços, bens ou atividades;
 - III - contribuições provenientes de entidades públicas ou privadas, inclusive estrangeiras e internacionais;
 - IV - incorporação de resultados financeiros de exercícios;
 - V - dotação consignada anualmente no orçamento do Município.

Art. 22 - A Fundação poderá promover a obtenção de coorporação técnica, financeira e assistência técnica interna ou externa, pública ou privada, coordenando, controlando e adequando sua aplicação às diretrizes estabelecidas neste Estatuto, observando a legislação em vigor.

Art. 23 - O patrimônio, a renda e os serviços da Fundação gozarão da imunidade prevista na alínea "C", inciso VI, do Art. 150 da Constituição Federal.

TÍTULO IV

GIME FINANCEIRO E DO PESSOAL

CAPÍTULO I

DO REGIME FINANCEIRO

12694
1042
11s 12

Art. 24 - O exercício financeiro coincidirá com o ano civil.

Art. 25 - O orçamento será uno e a elaboração da proposta orçamentária obedecerá à legislação vigente, às normas regimentais e as instruções a serem baixadas pela Presidência ou pelo Conselho de Administração.

Art. 26- No decurso do exercício poderão ser abertos créditos suplementares e especiais, por proposta do Presidente ao Conselho de Administração, obedecidos os preceitos legais.

Art. 27- A Fundação com unidade de controle interno, como parte da sua estrutura administrativa diretamente subordinada ao Presidente, com competência e atribuições definidas pelo Regimento Interno.

CAPÍTULO II

DO PESSOAL

Art. 28 - A Fundação terá quadro de pessoal e plano de carreira Próprios, a serem aprovados pelo Prefeito do Município, de acordo com o regime jurídico estabelecido para os funcionários da Administração Direta.

Parágrafo Único - Mediante solicitação da Diretoria Executiva aprovada pelo Conselho de Administração, poderão ser colocados à disposição da Fundação, nos termos da legislação vigente, funcionários do serviço público federal, estadual ou municipal.

* TÍTULO V

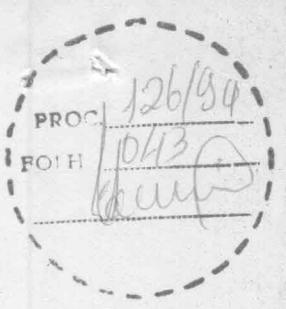
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 29 - A Fundação gozará dos privilégios concedidos, legalmente, às instituições de utilidade pública.

Art. 30 - A Fundação terá seu funcionamento orientado por seu Regimento Interno, regulamentos ou por normas de organização.

Parágrafo Único: - O Regimento Interno da Fundação será submetido ao Conselho de Administração, pelo Presidente, no prazo de 30(trinta) dias a contar da data de aprovação deste Estatuto.

Art. 31 - A proposta de extinção da Fundação deverá ser feita através da convocação de sessão extraordinária do Conselho de Representantes com a deliberação de 2/3 dos membros presentes.



Art. 32 - Este Estatuto poderá ser alterado no todo ou em partes, mediante proposta aprovada por 2/3 (dois terços) do Conselho de Administração.

§1º - Aceita a alteração, será a mesma submetida à aprovação do Prefeito Municipal;

§2º - Aprovada por Decreto, as alterações estatutárias serão averbadas no registro competente.

Art. 33 - Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pelo Presidente da Fundação, com anuência do Conselho de Administração.

Art. 34 - O presente Estatuto, aprovado no Decreto nº 3175, de 28 de maio de 1993, pelo Prefeito Municipal de Ouro Preto do Oeste entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Protocolado no Tabelionato de Notas e Anexos
do Município de Ouro Preto, 15º Ofício, para os devidos efeitos, a presente
fazendo constar que o mesmo foi apresentado ao tabelião no dia 07 de Março de 1994.
Assinado por: Osmar Góes
Tabelionato de Notas e Anexos
Ouro Preto, 15º Ofício
Data: 07/03/94
Atto n.º 1292/TJ/94
1.5.516.582-9

07 MAR 1994

PROG. 426/84
POH 11/4
Alvaro

COMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 497 DE 15 DE ABRIL DE 1994

"APROVA OS QUADROS ORÇAMENTÁRIOS DA FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS DA CULTURA E DO DESPORTO, CONFORME ART. 3º DA LEI MUNICIPAL Nº 484 DE 22/12/93".

PARECER E VOTO DO RELATOR

Relatando o Projeto acima, somos de parecer que o mesmo embora Constitucional. A Prefeitura este ano não tem condições financeiras para aprovar estes Quadros Orçamentários, uma vez que isto significa mais gastos para o Município.

Considerando a dificuldade financeira por que passa o Município, somos de parecer favorável à reprovação do Projeto.

É nosso Parecer.

Sala das Comissões em, 10 de junho de 1.994



ALVARO GONÇALVES ROCHA
RELATOR

PROJ. 126/94
FOI H 045
decreto

COMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 497 DE 15 DE ABRIL DE 1994

APROVADO
VOTAÇÃO ÚNICA
QUORUM 10/10/03.00
Em: 20/06/94

"APROVA OS QUADROS ORÇAMENTÁRIOS DA FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS, DA CULTURA E DO DESPORTO, CONFORME ART. 3º DA LEI MUNICIPAL Nº 484 DE 22/12/93".

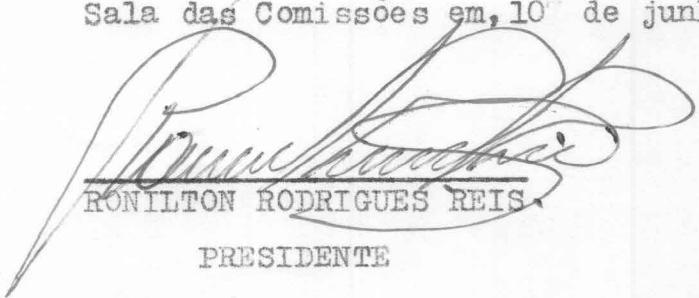
PARECER E VOTO DA COMISSÃO Nº 029

A Comissão acima, em análise ao Projeto, sente que o mesmo é Constitucional, mas completamente inviável, uma vez que analisando as dificuldades financeiras por que passa o Município não existe razão em aprovar um Projeto que significa em gastos para o Município.

Assim sendo, somos de parecer pela reprovação do Projeto.

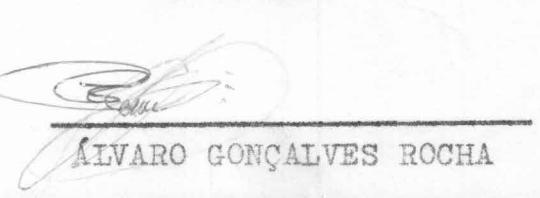
É nosso Parecer.

Sala das Comissões em, 10 de junho de 1994


RONILTON RODRIGUES REIS

PRESIDENTE


JOSE MARTINS DO NASCIMENTO
SECRETÁRIO


ALVARO GONÇALVES ROCHA
MEMBRO

PROC. 126/94
FO: H 1045

COMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 497 DE 15 DE ABRIL DE 1994

APROVADO
VOTAÇÃO ÚNICA
QUORUM 10/15 / 03 cont
Em: 20 / 06 / 94

"APROVA OS QUADROS ORÇAMENTÁRIOS DA FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS, DA CULTURA E DO DESPORTO, CONFORME ART. 3º DA LEI MUNICIPAL Nº 484 DE 22/12/93".

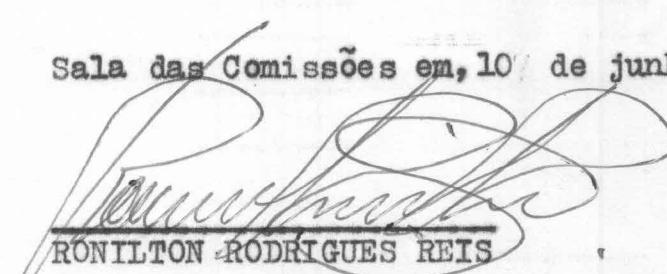
PARECER E VOTO DA COMISSÃO N°029

A Comissão acima, em análise ao Projeto, sente que o mesmo é Constitucional, mas completamente inviável, uma vez que analisando as dificuldades financeiras por que passa o Município não existe razão em aprovar um Projeto que significa em gastos para o Município.

Assim sendo, somos de parecer pela reprovação do Projeto.

É nosso Parecer.

Sala das Comissões em, 10/ de junho de 1994


RONILTON RODRIGUES REIS

PRESIDENTE


JOSE MARTINS DO NASCIMENTO

SECRETÁRIO


ÁLVARO GONÇALVES ROCHA

MEMBRO

126/94
PROC.
POIH 1746
Anexo

COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 497 DE 15 DE ABRIL DE 1994

"APROVA OS QUADROS ORÇAMENTÁRIOS DA FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS, DA CULTURA E DO DESPORTO, CONFORME ART. 3º DA LEI MUNICIPAL Nº 484 DE 22/12/93".

PARECER E VOTO DO RELATOR

Em análise ao Projeto sentimos sua inviabilidade, considerando as dificuldades financeiras por que passa o Município.

Assim sendo, somos de parecer favorável à reprovacão do Projeto.

É nosso Parecer.

Sala das Comissões em, 10 de junho de 1994 .



BRAZ RESENDE

RELATOR

PROC. 126/94
FOCH 048

COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 497 DE 15 DE ABRIL DE 1994

APROVADO
VOTAÇÃO UNICA
QUORUM 09 AF/026
l.m: 20 / 06 / 94

"APROVA OS QUADROS ORÇAMENTÁRIOS DA FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS, DA CULTURA E DO DESPORTO, CONFORME ART. 3º DA LEI MUNICIPAL N° 484 DE 22/12/93".

PARECER E VOTO DA COMISSÃO N° 026

A Comissão após analisar o Projeto, sentiu que o mesmo é inviável, uma vez que o Município passa por sérias dificuldades financeiras, não sendo viável aprovar um quadro orçamentário para uma fundação, o que significará mais gastos para o Município.

Assim sendo, somos de parecer favorável à reprovacão do Projeto.

É nosso Parecer.

Sala das Comissões em, 10 de junho de 1994 .

VALDINEY SANTOS MEITINHO

PRESIDENTE

BRAZ RESENDE

SECRETÁRIO

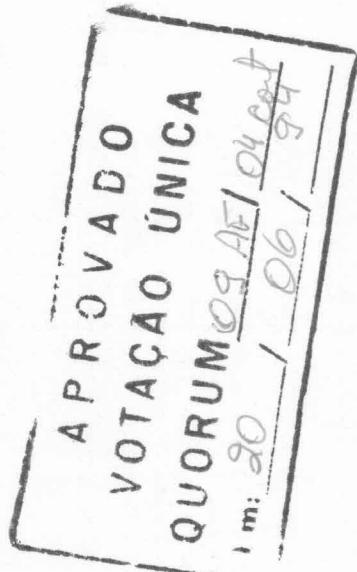
ANTONIO DE S. PENA FILHO

MEMBRO

PRO
FO H
1049
Bento

COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 497 DE 15 DE ABRIL DE 1994



"APROVA OS QUADROS ORÇAMENTÁRIOS DA FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS, DA CULTURA E DO DESPORTO, CONFORME ART. 3º DA LEI MUNICIPAL Nº 484 DE 22/12/93".

PARECER E VOTO DA COMISSÃO N° 026

A Comissão após analisar o Projeto, sentiu que o mesmo é inviável, uma vez que o Município passa por sérias dificuldades financeiras, não sendo viável aprovar um quadro orçamentário para uma fundação, o que significará mais gastos para o Município.

Assim sendo, somos de parecer favorável à reprovação do Projeto.

É nosso Parecer.

Sala das Comissões em, 10 de junho de 1994 .

VALDINEY SANTOS MOITINHO

PRESIDENTE

BRAZ RESENDE

SECRETÁRIO

ANTONIO DE S. PENA FILHO

MEMBRO

ESTADO DE RONDÔNIA
Câmara Municipal de Ouro Preto
SEÇÃO LEGISLATIVA

Comissão Permanente de Uma
Munícipio e Finanças
Para parecer dentro do prazo regi-
mental, em 10 de 06 de 1.994
Valdiney Santos Moutinho
Chefe De Seção Legislativa



Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste
O Vereador Valdiney Santos Moutinho
Presidente da Comissão Permanente de
Orcamento e Finanças
No Uso Das Comissões Que Lhe Conferem
O Art. 46 Do Regimento Interno.
Resolv Designar Vereador
Braz Resende
Membro Da Comissão Permanente de Relações
lator do Projeto de Lei
N.º 437, 1.994
Sala Das Comissões, 10 De
Junho 1.994.

Valdiney Santos Moutinho
A Seção Legislativa
Segue o presente
processo para prazear
Em 11/06/94

Atenciosamente, A. C. 1994

Valdiney Santos Moutinho
Vereador - PTR

do Arquivo

Segue o presente processo,
para arquivar.

Em 07/07/94



Antônia Edna Lobo Pinheiro
DIRETORA LEGISLATIVA
PORT. N°. 034, DE 04/07/94 PÁG. 84

